

Título	Para que servem selos de sustentabilidade?
Veículo	Canal Energia
Data	26 Junho 2013
Autor	Claudio J. D. Sales

Com a incorporação da dimensão ecológica ao tripé, passou-se a discutir que avaliações produtivo-econômicas não poderiam desconsiderar, por exemplo, o efeito desta mesma produção sobre os recursos naturais e sobre as populações

Sustentabilidade deixou de ser tema acessório para se tornar a estrela em grandes eventos globais, mas, apesar de sua ampla adoção, há múltiplas interpretações sobre o seu significado mais amplo. Sustentabilidade não é sinônimo de “meio ambiente” e é preciso ir além do apelo popular em torno de produtos “sustentáveis” que, por exemplo, envolvem embalagem reciclada ou têm emissões neutralizadas.

Hoje já se tornou intuitiva, quase lógica, a noção de que nem sempre a melhor decisão econômica representa a melhor escolha para o meio ambiente e para a sociedade. Da mesma forma, e apesar da pressão de alguns grupos, nem sempre a melhor decisão ambiental é a melhor escolha para a economia e/ou para a sociedade. Este é o conceito do tripé da sustentabilidade, ou “Triple Bottom Line”, proposto pela primeira vez em 1981 por Freer Spreckley. Ele defendia que as empresas deveriam medir e divulgar, simultaneamente, seus desempenhos econômico, social e ambiental.

O conceito de “sustentabilidade” com o qual trabalhamos atualmente foi definido em 1987 com a publicação do documento “Our Common Future”, da Comissão Brundtland das Nações Unidas, que poderia ser traduzido livremente por “Nosso Futuro Comum”. Nele, desenvolvimento sustentável é definido como “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas necessidades”.

Até então, sustentabilidade era avaliada predominantemente a partir do ponto de vista econômico. O aspecto social acabava contemplado em termos da repartição da riqueza gerada pelo crescimento econômico, seja por meio de empregos criados, seja pela oferta de mais serviços para a população.

Com a incorporação da dimensão ecológica ao tripé, passou-se a discutir que avaliações produtivo-econômicas não poderiam desconsiderar, por exemplo, o efeito desta mesma produção sobre os recursos naturais e sobre as populações.

Neste contexto surge uma pressão da sociedade por transparência e diálogo. Assim, as empresas que desejassem destacar-se e manter uma relação mais abrangente com o consumidor passaram a divulgar informações sobre as ações sociais e ambientais que desenvolviam, evidenciando que suas estratégias de negócios consideravam que os três “ps” (no idioma inglês) precisavam caminhar juntos: People, Profit, Planet.

No mundo, o primeiro selo surgiu em 1978, batizado de "Anjo Azul", e foi criado pelo governo alemão para indicar os produtos que, desde a fabricação até o momento do descarte, atendiam aos requisitos de proteção ao meio ambiente e de respeito ao consumidor. Cinco anos após a adoção do Anjo Azul, uma pesquisa indicava que 57% dos entrevistados davam preferência às mercadorias certificadas por esse selo.

Em busca de uma referência mais ampla de parâmetros de sustentabilidade para empreendimentos do setor elétrico (usinas de geração de energia, linhas de transmissão e distribuidoras), o Instituto Acende Brasil lançou em 2012 o Selo Energia Sustentável, um selo de desempenho escalonado que avalia empreendimentos a partir de quatro princípios: redução e controle dos impactos sobre o meio ambiente; conservação da biodiversidade e dos recursos naturais; respeito às comunidades; e transparência e diálogo (www.acendebrasil.com.br/selo).

Quando desenvolvidos com base em metodologias tecnicamente robustas e certificados por auditorias independentes, selos de sustentabilidade geram benefícios para todos. Além dos benefícios reputacionais mais diretos derivados do respeito aos aspectos socioambientais, as empresas podem contar com melhores vendas a clientes no mercado livre e dispor de linhas de crédito mais rápidas e com taxas de juros menores. Já os consumidores podem consumir sua energia elétrica com a tranquilidade de que o processo produtivo que gerou seus elétrons contemplou padrões alinhados aos conceitos mais modernos de sustentabilidade.

Claudio J. D. Sales é presidente do Instituto Acende Brasil (www.acendebrasil.com.br)